

# Prioridade ao social

21 OUT 1987

Difícilmente ocorre uma concordância de indicadores tão grande como agora, quanto à situação do mercado interno. Há uma nítida retração do mercado, atingindo quase todos os ramos da produção. Somente os produtos consumidos exclusivamente pelas famílias de maior renda mantêm ritmo de produção semelhante ao que vigorava há alguns meses.

Também no que se refere a explicações deste fenômeno negativo há um consenso: ele decorre de uma nítida compressão do mercado consumidor. A queda real dos salários é grande, muito maior do que se previa. A recuperação do poder aquisitivo, prometida pelo ministro Bresser Pereira, não veio e acentua-se o agravamento da situação, mesmo nas camadas assalariadas até há pouco consideradas privilegiadas. A situação é grave.

Quando as próprias associações e federações patronais passam a denunciar a política salarial, é mais do que oportuno o momento para que as autoridades reflitam seriamente sobre o assunto.

Algumas categorias de

trabalhadores conseguiram recentemente aumentos significativos através de dissídios. O que se assistiu foi a tentativa de autoridades do Executivo de pressionar a Justiça do Trabalho. Entretanto, ficou evidenciado o desgaste real do salário. Para sermos rigorosos, durante o atual plano o único item que se estabilizou em nossa economia foi o referente aos salários.

As autoridades se vangloriam de terem tirado o País de taxas inflacionárias de dois dígitos e de terem conseguido sua redução para taxas ditas mais aceitáveis, que oscilam entre 5 e 9%. Entretanto, este tipo de afirmação não é aceitável, quando se sabe que a tendência à estabilização salarial com taxas inflacionárias como as atuais torna a vida da classe média e de todos os assalariados impossível. Ninguém resiste a uma deterioração mensal de cinco por cento em sua capacidade aquisitiva. Este é o quadro real de nossa economia.

A Nova República, em todos os pronunciamentos mais importantes, afirma que sua prioridade é o social. Agora

chegou o momento de se pedir que esta afirmação seja concretizada na prática. A atual política não só deteriora a situação, reconhecidamente precária, da maioria da população, como também estran-gula todos os empreendimentos econômicos voltados para o mercado interno.

Não basta que no plano internacional o Brasil se pronuncie corajosamente por uma política que nos garanta uma margem de crescimento para progredirmos e sanarmos as injustiças existentes em nossa sociedade. É importante também que se aplique internamente esta política. A impressão que se tem é de que se adotou a política recomendada por nossos credores internacionais sem a sinceridade de anunciá-la à população.

O que se pede não é a volta à corrida entre os salários e os preços, numa dança inflacionária de consequências imprevisíveis. O que se quer é uma política que não sacrifique nossa economia como já aconteceu com países irmãos que seguiram a mesma trilha para a qual nos estão levando.